



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL DE CONSULTORIA
SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE RISCOS FISCAIS
JUDICIAIS
ED. SEDE I - SETOR DE AUTARQUIAS SUL - QUADRA 3 - LOTE 5/6, ED. MULTI BRASIL CORPORATE - CEP 70.070-030 - FONE (61) 2026-8931 / 2026-8038

ATA n. 03/2026/CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE RISCOS FISCAIS JUDICIAIS

NUP: 00400.000301/2023-25

PAUTA		
Item	Assunto	Responsável
	Abertura	Jorge Araújo Messias
1	Funcionamento, evolução e entregas do Conselho	Stella Mota
2	Judicialização e seus impactos fiscais	Flavio Roman
3	Projeto Segurança Jurídica	Flavio Roman
4	Financiamento de litígios	Matheus Belém

Data	Horário	Local
09.07.2026	10h30	SAS,. Qd 3 Lt 5/6 Ed. Multibrasil Corporate AGU Sede 1, 14º Andar, Ala norte sala de reunião da SGCS/AGU nº 1414

MEMBROS		
Órgão	Representante	Cargo
Advocacia-Geral da União	Jorge Araújo Messias	Advogado-Geral da União
Ministério da Fazenda	Dario Carnevalli Durigan	Ministro
Ministério do Planejamento e Orçamento	Guilherme Santos Mello	Secretário-Executivo
SECRETARIA EXECUTIVA		
AGU – Secretaria-Geral de Consultoria	Flavio José Roman	Secretário-Geral de Consultoria e Adjunto do Ministro da Advocacia-Geral da União
AGU – Secretaria de Governança e Gestão Estratégica	Stella Arruda Mota	Secretária de Governança e Gestão Estratégica substituta
AGU – Secretaria de Governança e Gestão Estratégica	Leonardo Campos Coutinho	Coordenador-Geral de Mitigação e Detecção de Riscos
OUTROS PARTICIPANTES		
Advocacia-Geral da União	Leila de Morais	Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União
Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento e Orçamento	Luiz Guilherme Pinto Henriques	Gerente de Projetos
Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda	Cecília Nayara Rosa Morais	Assessora Especial do Ministro da Fazenda
Procuradoria-Geral da União	Clarisse Costa Calixto	Procuradora-Geral da União
Procuradoria-Geral da União	Matheus Belém Ferreira	Procurador-Nacional da União de Execução e Precatórios

AGU – Secretaria de Governança e Gestão Estratégica	Pedro Araújo Pietrefesa	Estatístico
AGU – Secretaria de Governança e Gestão Estratégica	Rafael Moura de Oliveira	Contador

ABERTURA

No dia 7 de julho de 2026, às 10h30, reuniram-se na Sala do Conselho Superior do 14º andar, ala norte, na Sede I da Advocacia-Geral da União, os membros nominados na lista de presença e demais convidados, para a 19ª Reunião do Conselho de Acompanhamento e Monitoramento de Riscos Fiscais Judiciais.

Com amparo no artigo 6º do Decreto nº 11.379, de 12 de janeiro de 2023, e na Portaria AGU nº 250, de 8 de maio de 2025, o Advogado-Geral da União, Jorge Araújo Messias, deu início aos trabalhos, saudou os presentes e deu as boas-vindas ao Ministro da Fazenda e ao Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, que inauguraram suas participações no Conselho.

ITEM 1 – Funcionamento, evolução e entregas do Conselho

Relatoria: Stella Mota

A relatora expôs a dinâmica de funcionamento do Conselho, destacou algumas entregas realizadas desde sua criação, como o Seminário de Riscos Fiscais Judiciais, o Guia de Riscos Fiscais Judiciais, o painel público de informações a respeito de precatórios e RPVs, publicado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, a alteração na forma de divulgação dos riscos fiscais judiciais no Balanço Geral da União e no Anexo de Riscos Fiscais Judiciais e as articulações que culminaram na edição das resoluções pelo Conselho Nacional de Justiça nº 595/2024 e 630/2025, que uniformizam as perícias em matérias previdenciárias e assistenciais no âmbito administrativo e judicial.

Sobre os itens que estavam pendentes de apreciação do Conselho os membros aprovaram a realização de pauta eletrônica e assíncrona com os itens não incorporados na pauta da presente reunião.

ITEM 2 – Judicialização e seus Impactos Fiscais

Relatoria: Flavio Roman

O relator apresentou o cenário de judicialização nacional frente ao cenário nos países europeus, destacando que a nossa judicialização *per capita* apresenta números em média três vezes maiores.

Ademais destacou os impactos da judicialização no orçamento do governo federal, qual sua proporção em relação às despesas primárias, discricionárias e ao volume de investimentos.

ITEM 3 – Projeto Segurança Jurídica

Relatoria: Flavio Roman

O relator destacou que o projeto compõe uma das ações do segundo ciclo de ações e que se iniciou com um processo de escuta de várias entidades públicas e privadas a respeito de sugestões que poderiam ser adotadas visando o combate à judicialização excessiva, desjudicialização e conciliação.

Diante das 54 sugestões apresentadas foi definida orientação para atuar na esfera judicial e legislativa em três eixos principais: (a) preferência à via administrativa de resolução de conflitos, por meio de requerimento prévio necessário para a caracterização do interesse de agir, (b) racionalização de acesso à justiça incluindo as regras de concessão da gratuidade de justiça, utilização de mandado de segurança em causas tributárias e custas judiciais e (c) enfrentamento à litigância abusiva.

Após a exposição, o relator informou que o Supremo Tribunal Federal (STF) por meio do Edital 06-2026, fez chamamento público para que entidades apresentem propostas para modernização da Justiça.

Os membros do Conselho determinaram a elaboração de proposta, na linha do projeto de segurança jurídica, a ser apresentado ao STF até o dia 15 de agosto.

Adicionalmente o Advogado-Geral da União solicitou, contando com a concordância dos demais membros, a elaboração de proposta para adesão dos setores regulados à plataforma Consumidor.gov a ser apresentada ao Ministério da Justiça e Secretaria Nacional do Consumidor.

ITEM 4 – Financiamento de litígios

Relatoria: Matheus Belém

O relator apresentou estudos realizados no âmbito da Procuradoria-Geral da União sobre como o financiamento de litígios tem potencial para o aumento da judicialização e, por isso, também para prejudicar a defesa da União. Assim, apresentou propostas preliminares de mitigação de riscos.

Os membros do Conselho deliberaram pelo aprofundamento dos estudos para que ocorra o amadurecimento das propostas preliminares de mitigação de riscos.

DELIBERAÇÕES, ENCAMINHAMENTOS E ENCERRAMENTO

QUADRO RESUMO – DELIBERAÇÕES

Item	Deliberação/Encaminhamento
------	----------------------------

1	a. Realizar reunião eletrônica e assíncrona para deliberação de itens que não foram deliberados em reunião presencial
3	a. Determinada a elaboração de documento consolidando propostas na linha do projeto de segurança jurídica a ser encaminhado ao STF até o dia 15 de agosto de 2026 na forma do Edital CESTF nº 06/2026. b. Elaboração de proposta para adesão dos setores regulados à plataforma consumidor.gov.
4	a. Aprofundar estudos a respeito do financiamento de litígios

Não havendo nada mais o que tratar eu, Flavio José Roman, Secretário-Geral de Consultoria a Advogado-Geral da União substituto, lavrei a presente ata.

FLAVIO JOSÉ ROMAN

Secretário-Geral de Consultoria e Advogado-Geral da União substituto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00400000301202325 e da chave de acesso 36ce8d7d



Documento assinado eletronicamente por FLAVIO JOSE ROMAN, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3318535341 e chave de acesso 36ce8d7d no endereço eletrônico <https://supersapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FLAVIO JOSE ROMAN, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 05-08-2026 18:05. Número de Série: 65635031372271175007508848075. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.